

Intencionalidade e Diferença: Uma Aproximação Fenomenológica à Intersecção Acção/Comunicação/Informação

Fernando Ilharco¹

Introdução

Este paper apresenta uma análise fenomenológica da informação, especialmente no que respeita à sua relação com os fenómenos acção, dados, comunicação e conhecimento. Nesta investigação questiona-se a pertinência da linearidade evolutiva, usualmente aceite, entre dados-informação-conhecimento. Ao investigarmos o fenómeno informação baseamo-nos na ontologia desenvolvida pelo filósofo alemão Martin Heidegger (1889-1976), na sua obra *Sein und Zeit* (1962 [1927]). Assim, interessa-nos o que a informação é-no-mundo, onde sempre-e-já cada um de nós, homem, se encontra no âmbito de uma intencionalidade fundadora. Conscientes, isto é, conscientes de algo (Husserl, 1982 e 1995), a intencionalidade surge como o fundamento primário do ser-no-mundo que somos.² Estas noções fenomenológicas – consciência e intencionalidade – estabelecem-se antes de qualquer consideração sobre o mundo e o sujeito; elas precedem, por exemplo, a dicotomia cartesiana sujeito-objecto. Enquanto noções fundadoras, a consciência e a intencionalidade estão tanto na mente do sujeito como no seu corpo, como no mundo em que ele mesmo, sujeito, está imerso (Ilharco e Introna, 2004).

Ao investigarmos fenomenologicamente a informação, tomamo-la no seu sentido fundamental: Qual a essência da informação? Quais as relações primárias do fenómeno informação? Se assim se pudesse dizer, como *essenceia* a informação? Na nossa análise aponta-se a primazia estrutural da intencionalidade humana, do profissional concreto, já-em-acção visando objectivos e dando constantemente sentido ao mundo.

A acção, a acção-já-em-curso, surge como o critério basilar que permite distinguir e assim relacionar os fenómenos usualmente apontados como dados, informação, conhecimento. Esta aproximação fenomenológica

não transporta nem a linearidade nem a simplicidade de muitas das propostas correntes. Lembramos no entanto que esse facto, em si mesmo, não é argumento; nada nos diz que as mais claras classificações sejam verdadeiras, nem que as classificações verdadeiras sejam de facto as mais claras (Cartwright, 1983; Ilharco e Angell, 2004). Para além do rigor do método fenomenológico que utilizamos e da ontologia em que enquadrámos esta investigação, defendemos que a pertinência desta análise assenta na forma intuitiva e evidente como, esperamos, ela surja ao leitor, conhecedor e familiarizado com as muitas e variadas manifestações do fenómeno informação.

Ser-No-Mundo

Esta investigação assenta ontologicamente na teoria fenomenológica sobre a existência humana desenvolvida por Heidegger (1927, 1962), este tenta descrever o mundo tal como em qualquer tempo ou circunstância, nós mesmos, seres humanos, previamente o experimentámos. Esse mundo prévio, essa fundação primeiríssima, é o evento fundador da experiência humana – aquilo a que tanto as teorias empiristas como intelectualistas se referem. O mundo tal como é, antes de qualquer reflexão sobre ele mesmo, não é nunca quaisquer das teorias presentes, passadas ou futuras, mas antes é o fenómeno que essas mesmas teorias pressupõem e ao qual se referem. Assim, no mundo, ou seja-*sempre-e-já-no-mundo*, nós mesmos, o ser cuja em tradição de existência se veio designar a si mesmo pela palavra homem, *man*, *homme*, *uomo*, etc., é formalmente indicado como *ser-no-mundo*. Aí, no-mundo, somos o mundoaí, *aizando*. Heidegger indica o homem pela expressão alemã *Dasein*, literalmente *ser-aí*.³

No-mundo, *Daseins*, *aizando*, somos peritos na acção no mundo. O mundo e o

ser-aí são duas distinções do fenómeno primário, único, total e primeiro que é o ser-no-mundo que nós mesmos somos. Assim, no-mundo estamos já e sempre em acção. A acção é o mundo feito humano na linguagem, no significado, na abertura do que pode ser, das possibilidades que o futuro pode trazer. Para Heidegger, o homem é o ser cuja essência, isto é, no qual aquilo que mais essencialmente o define, é o seu próprio modo de ser. O homem é o ser cujo modo de ser se constitui na sua própria essência, isto é, cuja *existência* é a sua essência. Essencialmente *existindo* no mundo, já-e-sempre envolvido no-mundo, reparando e cuidando, o homem, *Dasein*, é o ser à *frente-de-si-próprio*, sempre-e-já projectando possibilidades para o futuro. Nesta projecção primária, sobre a qual se alicerça o entendimento, *Dasein* é equiprimordialmente revelado como o *ser-atirado-no-mundo*, porque essencialmente ele é também um *ter-sido*. Enquanto *ser-que-projecta*, responsável por aquilo que vai ser, ele é o que é sempre-e-já com um passado. Assim sendo um *ter-sido-nomundo*, o homem cuida, preocupa-se envolve-se, porque tem que *escolher* face ao tempo primordial que o futuro já-e-sempre é. Sendo essencialmente essa escolha fundadora, uma projecção primordial de possibilidades de ser, estas mesmas possibilidades revelam-se nas nossas sempre presentes disposições, inclinações, intenções e acções. São estas intenções, ou antes, é esta intencionalidade de fundo e fundadora que sempre-e-já nos projecta no-mundo, por isso no futuro. Instintivamente agimos, fazemos, pensamos, conforme às possibilidades que o *ter-sido-que-projecta* que somos revela para nós próprios. Mantemos a congruência porque essas possibilidades são o que aprioristicamente nos mantêm unidos como o mesmo, como o ser que é para o futuro, na *minzisse* nomundo. Dessa forma, intuitiva e instintivamente repetimos o que para nós mesmos se revelou apropriado, que funcionou, unindo o futuro ao passado conforme nós próprios somos para nós mesmos. Assim, no-mundo, como um *ter-sido* que projecta, baseamo-nos no futuro. É o futuro, enquanto totalidade de possibilidades nas quais sempre-e-já estamos envolvidos, que é a base ontológica do ser que somos.

Familiaridade e Diferença

Apesar de nunca ter existido uma definição de informação que implícita ou explicitamente tivesse sido universalmente aceite, a nossa época assume para si mesmo o nome de informação: sociedade da informação. A razão aparente desse facto é a de a informação tecnológica – independentemente de a podermos considerar de um ponto de vista conceptual como dados, como informação propriamente dita ou mesmo como conhecimento – se constituir hoje em dia numa base determinante das actividades dos homens no mundo mais desenvolvido (Ilharco, 2004). O que é, então, a informação? O que é essencial para que a informação seja reconhecida como aquilo que ela é? Se assim se pudesse indicar, como *essenceia* a informação?

Tomemos uma das teses que mais tem dominado a sociedade tecnológica e informacional contemporânea: a relação linear entre dados, informação e conhecimento. Nesta relação a informação é a noção central. Dados, por exemplo, uma folha de Excel preenchida com siglas, números e cálculos vários, só deveria ser considerada informação quando adquirisse significado. Os dados, de acordo com este entendimento, não têm significado. Quando esses dados ganham significado eles passam a informação. Dados são “any representation such as characters or analog quantities to which meaning is, or might be, assigned” (ANSIS, 1990). *A contrario*, os dados são informação sem significado. A informação é assim definida como dados que foram objecto de processamento de forma a serem significativos para um indivíduo numa tomada de decisão (Hicks, 1993: 675) (dados + significado = informação). Neste entendimento as noções de informação e dados fecham-se num círculo, no qual a caracterização de cada um daqueles fenómenos depende da previa caracterização do outro; informação são dados com significado, e dados são informação sem significado.

Aquela noção de informação é depois adicionada a noção de experiência, obtendo-se assim o conceito de conhecimento (informação + experiência = conhecimento). Neste *paper* mostraremos, assim o esperamos, que

esta classificação é contestável, entre outros aspectos, porque os dados enquanto tal, ou seja todo o tipo de distinções em que estamos envolvidos, já têm significado.

No-mundo, imerso e agindo, um profissional, um técnico ou um gestor já está a estabelecer distinções. Um profissional habita o que é familiar e nota o que é diferente. Sempre-e-já-no-mundo, em acção – e o profissional está sempre em acção não por ser um profissional mas por ser humano... – ele depende de uma rectaguarda de entendimento prévia no âmbito da qual detecta novas diferenças e faz novas distinções. Estas são detectadas conforme ao ter-sido-que-projecta que ele mesmo é. Assim, tanto os dados como a informação são sempre aquilo que são numa determinada intencionalidade. Assim, submetemos que, em termos rigorosos, um exemplo de uma e outra noção é algo mais complexo e contextualizado.

O modo como os dados têm um sentido, uma vez que foram distinguidos, isto é, destacados de um *background*, depende do momento em que se encontra / é / está aquele mesmo profissional, concreto, em função da projecção que ele, sendo um ter-sido, é de si mesmo para si próprio. O sentido dos dados, por mais desligados que sejam da acção em que o profissional está envolvido, depende essencialmente dele próprio e não do que objectivamente esses mesmos dados poderiam ser para um observador.

Sendo-no-mundo, habitamos o que nos é familiar, conforme ao que nós somos e não conforme a quaisquer características *à-vista*, *Vorhanden* (Heidegger, 1962) dessas terceiras entidades. A familiaridade de uma dada entidade, física ou não, depende de a termos experimentado muitas e variadas vezes, em sentido fenomenológico, isto é, visto, utilizado, sentido, etc. Nessa experimentação desenvolve-se um processo de indução não consciente, o qual nos põe à vontade com aquela entidade (Schmitt, 1996: 141).

A relevância daquilo que experimentámos e da forma como o fizemos para o desenvolvimento de novas experiências é algo que testemunhamos vida fora. Consideremos um exemplo comunicacional relativamente trivial. Por vezes quando encontramos alguém que conhecemos, mas num local e num momento diverso daquele em que habitualmente nos

relacionamos com essa pessoa, como por exemplo a nossa vizinhança ou a empresa onde trabalhamos, inicialmente, podemos não saber bem *quem é aquela pessoa que conhecemos...* Este paradoxo deve-se ao facto do contexto, isto é, do *background*, em que essa pessoa habitualmente nos surge como ela mesma, se ter alterado e dessa forma não nos ser imediatamente intuitivo estabelecer quem de facto ela é; essencialmente, não estávamos à espera dela...⁴ A alteração do *background* deixa necessariamente surgir diferentes diferenças, passe o pleonasma, porque qualquer realidade surge diversa em função dos critérios que utilizarmos para a penetrar, entender e classificar. Quer isto dizer que aquilo que as coisas são depende do contexto em que elas surgem, bem como do *background* em que nós próprios, na *minzisse* que somos, estamos envolvidos e não de qualquer contexto ou *background* de terceiros. Não existe posição alguma fora do ter-sido que somos, fora da história, a partir da qual possamos dar sentido ao que nos cerca.⁵

Um ser humano não ‘recebe’ dados do meio envolvente ou de qualquer outro ser humano. Dizer não assegura ouvir. Acedemos ao que distinguimos no-mundo conforme ao que nós mesmos essencialmente somos e ao modo como estamos a cada instante, isto é, de acordo com os nossos próprios termos, com a *minzisse*. Desta posição ontológica torna-se clara a existência de limites à capacidade de fazer sentido, de atribuir significados, quer ao que nos surge de novo quer ao já conhecido nas suas múltiplas variações. A nova distinção surge num processo de atribuição de significado, o que quer dizer de estabelecimento de referências e de possibilidades. O seu significado não é algo dado, aí fora, objectivo, constante e claro para todos nós. Ao contrário, o significado das coisas e dos acontecimentos, por isso, o que eles *são*, é algo que deve ser procurado no carácter humano de cada manifestação. O significado de uma nova distinção, a captação pelos sentidos de algo que nos surge – seja numa conversa, na leitura de um texto, ou simplesmente reflectindo – obtém assim o seu primeiro significado com base no contexto em que nós mesmos, individualmente, conforme ao ter-sido-que-projecta que somos, somos e esta-

mos imersos. De alguma forma, por um processo dialéctico, algum entendimento parcial é utilizado para entender melhor a distinção que nos surge, como que utilizando peças de um *puzzle* para tentar descobrir aquilo que está em falta (Palmer, 1969: 25).

Cada novo elemento, cada dado que nos surge, em rigor cada dado que nos é *dado* no meio em que estamos imersos, é incorporado, apreendido, absorvido não objectivamente ‘como aquilo que ele é’, mas como nós o tomamos ou entendemos. Isto significa que o sentido de uma diferença, ou distinção, ou dado, para uma certa pessoa, de forma a que aquela mesma diferença possa ser a diferença que é, depende dessa mesma pessoa que distingue aquela mesma diferença. Deste modo, a diferença que cada dado é para o ser humano que a distinguiu, só pode ser descrita ou entendida em termos rigorosos *a posteriori*, porque só depois da sua absorção, pode um terceiro, um observador mesmo que um auto-observador, testemunhar o tipo de comportamentos desencadeados por aquela mesma distinção. Assim, por exemplo, a audição de uma nova composição musical pode contribuir para alterar o nosso gosto musical, mas pode também alterar o entendimento que temos do contexto mundial político e social em que estamos imersos^{6,7}.

A Intenção que Faz a Diferença

A essência da informação poderá ser revelada a partir do seu próprio nome, na palavra que aponta a *coisa* em causa. A informação é uma formação interna ou interior.⁸ Este significado assenta nas origens latinas da palavra informação: o verbo *in-formo* (Crane, 2002; Cunha, 1982: 436, 364 e 429), que juntou as expressões *in* e *forma*, para significar dar forma a uma coisa, modelar, formar, moldar, formar uma ideia sobre algo, representar, delinear, esboçar, instruir, educar, informar (Crane, 2002). A palavra informação significa assim a imposição de uma forma, de uma modelação ou de contornos sobre uma coisa, uma ideia, uma entidade distinguida no meio envolvente em que está e é o ser humano, a pessoa, que impõe aquela forma. Esta imposição é *in*, interior, vem de dentro, da própria pessoa

que é informada ou que se informa. Informação, ser informado, é assim essa formação interior, de mim para mim próprio, atribuindo uma forma, determinados contornos, a uma diferença. A pessoa ao distinguir algo de novo, traz para si mesma, para os limites daquilo que ela é, *in-*, aquela distinção, a qual, enquanto distinção, tem sempre-já um primeiro sentido, uma primeira forma ou modelação. O significado do prefixo *in-* precisamente a indicação do ter-sido-que-projecta que essencialmente somos. Informar é trazer para o horizonte de significado, do todo referencial em que cada um de nós está imerso, algo já distinguido conforme aos nossos próprios termos, à *minzisse*. Os limites no âmbito dos quais a informação *forma* assentam no contexto hermenêutico que a cada momento cada um de nós é.

Mas informação não é apenas o *in-formo*, mas antes a *in-form-ação*. Às expressões latinas *in* e *forma* junta-se a expressão *-ação*, a qual vem do sufixo latino *-ation*, *-atio*, que significava acção ou processo (MW, 2004). *Inform-acção* é por isso a acção ou o processo que forma interiormente; é a acção que *in-forma*. Esta acção que informa, por sua vez, pode apenas surgir na sua diferença, significado e carácter informativo, por isso, transformativo e fazendo a diferença, porque a própria acção é o que é *ex ante*, prévia, implícita e ontologicamente tida como a fundação do próprio ser, do mundo, da existência enquanto tal; se assim não fosse, a informação não seria um tipo de acção. Informação é um tipo de acção, uma acção que é o surgir da diferença que para mim próprio faz a diferença, porque a acção, ela mesma, é o que já-é, o que conta enquanto base daquilo que pode informar. A informação, a acção que informa, é destinada, assim, desde o início e fundamentalmente, isto é, na sua essência indivisível, à própria acção – este é também o argumento ontológico em que esta investigação assenta.

O dado, por sua vez, é como a palavra indica algo dado, gratuito. Um dado ou vários dados têm assim um carácter de disponibilidade, de uma presença prévia. Dados são algo que acedemos sem esforço, os dados cercam-nos e vêm ter connosco como algo que nos é dado – “os dados abundam e são facilmente acessíveis” (Gleason, 2004). Como

ser-no-mundo, o ser humano está sempre-e-já imerso em dados. O dado, desta forma, de um ponto de vista conceptual, é aquilo que um indivíduo distingue no seu meio envolvente, enquanto pura distinção.

Esta análise levanta então a questão da possível equivalência entre as noções, os conceitos, as distinções de dados e de informação. Serão dados e informação sinónimos? A resposta a esta pergunta, com base no exposto até ao momento e na argumentação que abaixo continuamos a desenvolver, é simultaneamente sim e não. Sim e não, porque cada um dos conceitos ou noções se coloca em níveis diferentes do envolvimento, da acção e da intencionalidade fundadora do ter-sido-que-projecta, que é o ser humano no-mundo. Sim e não, porque dados ou informação, distinções sempre e apenas possíveis pelo significado que o mundo, que tudo no-mundo essencialmente é, são originária e evidentemente assentes em alguém, num ser humano concreto” – como brilhantemente salientou Arendt (1998), no-mundo, o Homem não existe, existem apenas homens.

O dado, a informação, a distinção, a diferença é sempre aquilo que é-*para alguém*; para alguém já imerso num todo referencial, que é um ter-sido, à frente dele próprio, projectando possibilidades para o futuro, visando algo imediato, concreto, para um outro algo mais distante, no âmbito da apropriação de uma possibilidade de ser. Sempre-e-já-no-mundo, toda e qualquer entidade que um ser humano distinga, necessariamente, é destacada de uma retaguarda de entendimento que lhe proporciona o seu primeiro sentido, as suas referências iniciais. De uma perspectiva fundamental, por isso, individual – como todo o ser humano experimenta o mundo –, tanto os dados como a informação são uma formação interna. Assim em termos rigorosos e fundamentais não existe diferença entre dados e informação; ambos têm significado porque sobressaem contra uma retaguarda de entendimento, contra um *background*. No entanto, tendo presente a unidade deste fenómeno e enfatizando que o fenómeno é conforme a ele mesmo e não conforme às palavras que o indicam, devemos destacar neste ponto da análise um outro aspecto.

O ser humano é um observador dele próprio. Cada um de nós é essencialmente a sua própria questão. Somos auto-observadores. Desta forma observamos o nosso próprio comportamento, o desempenho que somos e que temos em função de reacções desencadeadas enquanto imersos em dados, assentando no que nos é familiar e distinguindo e focando aquilo que nos surge de novo e de diferente. Assim, de um ponto de vista de um observador, mesmo sendo esse observador um auto-observador, um significado mais rigoroso da formação interior, essencial à informação, é a sua relevância para um dado rumo de acção já em curso, por exemplo, para um determinado padrão de intencionalidade unido pelo *que projecta* do ter-sido-que-projecta que uma determinada pessoa é. Um indivíduo relaciona o seu comportamento com a modelação de determinada distinção que destacou do meio envolvente. Essa distinção é modelada pelo ter-sido-que-projecta, pela identidade do indivíduo em causa, a qual forma interiormente o significado, isto é, constitui interiormente o tipo de referências e de possibilidades relevantes para o envolvimento singular daquele indivíduo. Deste ponto de vista, a diferença, a distinção ou os dados, podem apropriadamente ser indicados como informação – informação porque *informam a acção* em que o indivíduo já está envolvido; informação porque se trata de dados, de diferenças, que fazem diferença para a acção em curso. Ao contrário da informação, ou dos dados tomados como informação, os dados como dados não afectam, na perspectiva de um observador ou auto-observador, a acção em curso do indivíduo que os distinguiu. Os dados podem assim ser indicados, enquanto noção teórica, como informação descontextualizada, isto é, como informação que não informa, porque apesar de, de facto, informarem, eles, no entanto, não afectam, alteram, modelam ou formam o envolvimento e a acção efectiva em que o sujeito já está imerso.

Ao contrário dos dados, a informação constitui o tipo de diferença cujo significado fundamental assenta na sua natureza futura. Informação é a diferença formada internamente ao sujeito, conforme a ele mesmo e

nos seus próprios termos, afectando o seu comportamento que-projecta, tal como pode ser testemunhado por um observador ou auto-observador. Informação é por isso o que é essencialmente formado e dirigido para o futuro. É algo que nos foi dado ou que acedemos e que de acordo com nós mesmos faz a diferença face à possibilidade de não nos ter sido dado ou de não ter sido acedido. De uma perspectiva *ex post*, em termos fenomenológicos, devemos considerar os dados como dados, oferecidos, gratuitos e a informação como formada, constituída, desenvolvida.

Estas noções essenciais sobre o fenómeno da informação em sentido lato emergem no âmbito da acção, do ser que somos sempre-e-já-no-mundo, como critério primário do significado. Desta forma um profissional, é os seus objectivos transpostos para a acção, os quais a cada momento lhe sugerem a distinção entre a informação e os dados. Ou seja, para ele, profissional, imerso em dados, agindo, determinados dados são apontados como *informação* porque foram aqueles os dados que fizeram a diferença no âmbito da acção, intenção, em que ele mesmo jáestava envolvido.

O surgir de algo que informa é o encontrar daquilo que se está a procurar. A informação são os dados com significado relevante para a acção em que o profissional está envolvido, porque alteram, completam, modificam, desenvolvem o todo referencial, a rede de relações que para ele mesmo liga umas coisas a outras, factos a eventos, a pessoas, a ideias, etc., e o faz ser o que é no-mundo no âmbito de uma intencionalidade fundadora. São estas ligações e referências que abrem, fecham e sugerem possibilidades que constituem o próprio significado. No-mundo, o ser humano está-já-e-sempre projectado sobre o futuro, avaliando possibilidades de fazer e de ser, escolhendo certos caminhos ou opções e abandonando outros tantos.

É nesse contexto ontológico que os dados, como informação, fazem a diferença. Tudo, literalmente, no-mundo tem por isso significado. Ser é ser algo. Ser é surgir, constituir uma distinção, entrar no horizonte de significado em que o modo de ser humano é o que é no-mundo. Os dados, por isso, já

têm significado ou pura e simplesmente nunca teriam surgido como dados, como algo que nos é oferecido, que aí está, mas que não faz a diferença para o tipo de acção em que estamos envolvidos, para o tipo de projecção que somos. O significado já-e-sempre é no-mundo; é o mundo. Não podemos decidir o significado dos dados, porque as coisas, as distinções surgemnos como elas já são, ora como dados ora como informação. Assim, no-mundo não há dados sem significado. Todos os dados têm o preciso significado com base no qual eles mesmos e enquanto tal são distinguidos. Tal como não captamos puros dados sensoriais sem sentido, os quais posteriormente teríamos que interpretar, também não ouvimos puros sons sem significado (Dreyfus, 1991: 218). Ouvimos a porta fechar-se dentro de casa e nunca uma simples sensação acústica ou apenas um mero som (Heidegger, 1971: 26). O que *primeiro* ouvimos não são barulhos ou sons descontextualizados, mas o avançar de um carro ou o passar de uma mota... O ouvir um 'puro barulho' requer um estado mental muito artificial e complicado (Heidegger, 1962: 207). No-mundo, as coisas elas mesmas, na sua significância, estão muito mais perto de nós do que todas as sensações (Heidegger, 1971: 26).

Quando um profissional se refere a 'dados sem sentido', ele está apenas a afirmar que aquilo que lhe chegou à mão, aquilo para o qual foi chamada a sua atenção, não faz diferença para o tipo de objectivos, de acção, em que ele já está envolvido. Aqueles dados ou aquela informação, afinal constituindo apenas um conjunto de dados, não é o que ele estava e está a procurar. *A contrario*, esta análise mostra que a informação, enquanto tal, consiste no tipo de dados que antecipadamente são considerados *certos* para a acção em curso. O sentido da informação, a sua relevância em termos de uma acção que já corre, é algo instintivo e intuitivo para o profissional, porque, sendo o projectar que tem-sido no-mundo, ele procura informar-se para algo concreto, específico, como por exemplo para completar uma análise ou para concluir um relatório, e isto tendo em vista, por exemplo, ser considerado um bom profissional, visando para ele mesmo e para a comunidade em que está imerso a apropri-

ação por si próprio de uma possibilidade de ser, por exemplo, a de ser um bom director de comunicação.

No-mundo a informação é a constatação da diferença que determinada diferença pode fazer em determinada situação ou envolvimento. A informação é um absorver de um sentido de determinadas diferenças no âmbito do todo referencial que somos. A informação são os dados que o profissional utiliza, porque esses mesmos dados informam a sua acção. Ou seja, a informação não é *a priori* dados com significado, mas antes são dados que têm significado porque são apropriados para o que naquele momento e para aquela pessoa é significativo, isto é, é informativo. Desta forma, a informação recebe o seu próprio nome da projecção primária sobre o futuro que o ser humano é, isto é, assenta no entendimento ontológico de base que constitui o ser-no-mundo que cada um de nós é: um escolher constante num ter-sido-que-projecta.

Conclusão

As noções, conceitos ou distinções de acção, dados, informação e significado são modos diferentes de aceder, de indicar, de detalhar e de aproximar um mesmo fenómeno: a manifestação do ser, do que é. A análise

fenomenológica apresentada, indica alguns dos contornos de um fenómeno que inicial e primariamente deve ser entendido como um todo. Neste *paper* não procuramos definições estritas e concisas; esse não é o objectivo da fenomenologia nem faz parte das suas possibilidades.

Tentamos apenas fenomenologicamente indicar alguns dos contornos essenciais para um melhor entendimento do fenómeno informação, e por isso para uma melhor clarificação das problemáticas contemporâneas que lhe estão conexas, como por exemplo, as temáticas tão actuais do conhecimento, da comunicação, dos media, da sociedade da informação, da tecnologia de informação e comunicação, etc.

Este *paper* aponta a relevância da acção, da acção já em curso e do envolvimento em que cada um de nós já-está e de uma forma fundamental já-é. Isto significa que a informação, a sua riqueza e relevância na identificação de possibilidades, de oportunidades e de ameaças não depende de quaisquer dados ou conjunto de dados enquanto tais e por si só, por mais vastos e detalhados que o sejam, mas antes que aquela mesma informação depende da intencionalidade, das intenções e dos objectivos que o ser humano concreto é e, fundamental e decisivamente, do tipo de possibilidade de ser que ele, para ele próprio, apropriou.

Bibliografia

Ansis (1990) American National Standards for Information Systems, *Dictionary for IS*, Nova Iorque.

Arendt, H. (1998) *The Human Condition*, The University of Chicago Press, Chicago.

Boland, R. (1983) “The In-Formation of Information Systems”, in Boland, R.J. e Hirschheim, R.A. eds. *Critical Issues in Information Systems Research*, John Wiley & Sons, Nova Iorque.

Cairns, D. (2001) “Theory of Intentionality in Husserl”, *Journal of the British Society for Phenomenology*, 32, 2.

Cartwright, N. (1983) *How The Laws of Physics Lie*, Oxford University Press, Oxford.

Crane, G. (2002) Ed. *The Perseus Project*, <http://www.perseus.tufts.edu>

Cunha, A. G. (1982) *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, 11th edição, Nova Fronteira, Rio de Janeiro.

Dreyfus, H. (1991) *Being-in-the-world*, MIT Press, Cambridge, Massachusetts.

Gadamer, H. (1975) *Truth and Method*, Seabury Press, Nova Iorque.

Gleason, H. (2004) in entrada da palavra data, *Merriam-Webster Dictionary* <http://www.m-c.com>

Heidegger, M. (1962) *Being and Time*, tr. Macquarrie, J. e Robinson, E., Blackwell, Oxford e Cambridge (EUA).

Heidegger, M. (1971) *Poetry, Language, Thought*, trad. Hofstadter, A., Harper & Row, Nova Iorque.

Hicks, J. Jr. (1993) *Management Information Systems: A User Perspective*, West Publishing Company, St. Paul.

Hoy, D. (1978) *The Critical Circle*, University of California Press, Berkeley.

Husserl, E. (1982) *Ideas: General introduction to pure phenomenology*, Allen & Unwin e Macmillan Company, Londres e Nova Iorque.

Husserl, E. (1995) *Cartesian Meditations: an Introduction to Phenomenology*, Kluwer, Dordrecht.

Ilharco, F. (2002) *Information Technology as Ontology: A Phenomenological Investigation into Information Technology and Strategy In-the-World*, tese Ph. D., London School of Economics and Political

Science (LSE), Londres, online no site da LSE, <http://is.lse.ac.uk/research/theses/>

Ilharco, F. (2003) *Filosofia da Informação*, Universidade Católica Editora, Lisboa.

Ilharco, F. (2004) *A Questão Tecnológica*, Principia, Lisboa.

Ilharco, F. e Introna, L. (2004) “Phenomenology, Screens and the World: A Journey Through Phenomenology with Husserl and Heidegger”, cap. in *Social Theory and Philosophy for Information Systems*, ed. Mingers, J. e Willcocks, W., Wiley and Sons, Londres.

Ilharco, F. e Angell, I. (2004) “Solution is The Problem: A Story of Transitions and Opportunities”, cap. 2, *The Social Study of Information and Communication Technology*, Oxford University Press, Oxford.

Introna, L. (1997) *Management, Information and Power*, Macmillan, Londres.

Maturana, H. e Varela, F. (1992) *The Tree of Knowledge*, Shambala, Boston e Londres.

MW (2004) *Merriam-Webster Dictionary* <http://www.m-c.com>

Palmer, R. (1969) *Hermeneutics: Interpretation Theory in Schleiermacher, Dilthey, Heidegger, and Gadamer*, Northwestern University Press, Evanston.

Polanyi, M., (1973) *Personal Knowledge*, Routledge & Keegan Paul, Londres.

Schmitt, R. (1996) “Phenomenology” in *The Encyclopaedia of Philosophy*, 1996, Macmillan, Nova Iorque.

¹ Universidade Católica Portuguesa

² Para um maior detalhe deste aspecto ver, por exemplo, Cairns (2001).

³ A expressão *Dasein*, uma alternativa à palavra homem, tenta abrir possibilidades de captar a essência de nós próprios. Em muitas traduções da obra de Heidegger, *Dasein* tem sido intencionalmente deixado por traduzir dado o poder fenomenológico que tem demonstrado. No actual projecto *Heidegger em Português*, coordenado por Irene Borges-Duarte, traduz-se *Dasein* por *at-ser*. Apesar de considerarmos a tradução feliz, não estamos certos que uma expressão inovadora, como, por exemplo, *aizar*, não captasse em maior profundidade o ir sendo, o movimento, a acção, o presenciar, o modo de um ter sido e vai ser, emprestado originalmente por Heidegger à expressão *Dasein*. Além disso, uma inovação linguística

do género da que sugerimos seria consistente com a prática fenomenológica seguida por Heidegger.

⁴ Este tipo de mal-entendidos pode mesmo ser perturbador – como o leitor já poderá pessoalmente ter constatado – por exemplo, quando iniciamos uma conversa com alguém que sabemos conhecer, mas não fazemos ideia quem seja... e a conversa vai prosseguindo.

⁵ Este aspecto tem sido longamente investigado sob perspectivas e no âmbito de metodologias variadas e visando objectivos diversos. No campo fenomenológico, além dos textos de Heidegger, pode, por exemplo, consultar-se Gadamer (1975), Hoy (1978), Palmer (1969), Polanyi (1973), Introna (1997), Ilharco e Introna (2004).

⁶ Sobre este assunto ver o exemplo da audição dos Beatles pelo político russo Yavlinsky, descrito e analisado em Ilharco (2003: 37-43).

⁷ Mesmo os dados mais óbvios, geralmente inquestionáveis, como por exemplo a captação das cores, possuem a marca da nossa estrutura. As ciências exactas encontraram suficiente evidência empírica para defender a inexistência de correlação estatística relevante entre o nome que damos aos objectos coloridos e a medição das ondas reflectidas pelas cores desses mesmos objectos (Maturana e Varela, 1992: 22). No entanto, é possível correlacionar estados específicos do nosso sistema nervoso com a actividade linguística da atribuição concreta de dados nomes às cores que percebemos. De uma perspectiva teórica diferente, isto vem reforçar as implicações da ontologia em que baseamos esta investigação.

⁸ “The essence of information is revealed to us in its name. Information is an inward-forming” (Boland, 1983: 363).